



RENATO BRESSAN/PREFEITURA DE ARARAQUARA

Vereadores cobram transparência sobre recursos e da organização

Festival Araraquara Rock 2026 vira alvo de fiscalização oficial

A edição de 2026 do Araraquara Rock entrou na mira de vereadores de Araraquara, que protocolaram requerimento pedindo explicações à Prefeitura sobre a captação e o uso de recursos no festival. O grupo quer saber quanto foi arrecadado, se houve participação da iniciativa privada, quais empresas apoiaram e como os valores foram aplicados. Também solicita a discriminação de despesas, fornecedores e beneficiários, além de questionar eventual intermediação de pessoas físicas na gestão dos recursos. Outro ponto é o papel da Fundart na captação, com base na legislação municipal vigente. Por fim, pedem esclarecimentos sobre apoios citados e sobre a curadoria, incluindo responsáveis, critérios de escolha e valores pagos, com o objetivo de garantir transparência e a correta aplicação dos recursos.

MP cobra cumprimento de leis contra violência

O Ministério Público requisitou à Prefeitura de São José do Rio Preto informações sobre o cumprimento de leis que determinam a divulgação de campanhas de prevenção à violência contra a mulher em cinemas, shows e eventos culturais. O objetivo é verificar a efetividade das normas e as medidas adotadas pelo poder público. O promotor também pediu dados sobre fiscalização e eventos realizados. A iniciativa busca garantir a aplicação das leis e ampliar o acesso da população a informações de prevenção, canais de denúncia e proteção.



DIVULGAÇÃO MPSP

Promotoria quer garantir campanhas em eventos e cinemas

Justiça garante água e luz a vítima de violência

A Defensoria Pública garantiu a manutenção de água e energia para uma mulher vítima de violência doméstica e sua filha em Piracicaba. A Justiça determinou que as concessionárias não interrompam os serviços e façam a transferência da titularidade das contas, após tentativa do ex-companheiro de solicitar o corte. A decisão integra medidas protetivas e assegura condições dignas de moradia, reconhecendo também a violência patrimonial. A medida reforça a efetividade da Lei Maria da Penha.

MP investiga creche clandestina e riscos a crianças

A Promotoria da Infância e Juventude de Ribeirão Preto instaurou inquérito para apurar o funcionamento de uma creche clandestina. O MP pediu informações à Prefeitura e determinou vistoria sanitária, além de exigir documentos das responsáveis. O caso envolve ausência de licenças e possíveis riscos às crianças atendidas. O objetivo é verificar a regularidade e garantir a proteção dos menores.

Aumento no IPTU

O vereador Laércio Trevisan Jr. criticou o aumento do IPTU em Piracicaba e relacionou a cobrança à falta de melhorias na cidade. Ele apontou problemas em ruas e na sinalização e afirmou que a atualização do valor venal pode pesar no bolso da população, enquanto demandas seguem sem solução, especialmente em bairros com alto fluxo de veículos.

Passarela dos Lopes

Após décadas de reivindicação, a construção da passarela no Bairro dos Lopes, em Limeira, finalmente começou. A obra foi confirmada por vereadores da Comissão de Obras durante fiscalização no local. Considerada pauta histórica, a demanda surgiu há cerca de 38 anos. Moradores comemoram o início da construção, que deve garantir mais segurança na travessia.

Altera golpe em Boituva

Prefeitura de Boituva alerta sobre e-mails falsos que simulam cobrança de taxas para abertura de CNPJ. As mensagens indicam débitos e direcionam para pagamentos via PIX ou links externos. O município reforça que notificações são presenciais e orienta a não clicar em links nem realizar pagamentos. Em caso de dúvida, procure o setor de tributos.

Vazamento de esgoto

Os vereadores Prof. Leandro Amicci e Valmir Giacomazzi pedem estudo para ampliar o atendimento a vazamentos de água e esgoto em Tietê. A proposta solicita análise sobre reforço do SAMAE, diante de queixas de demora. O objetivo é reduzir prazos, evitar desperdícios e melhorar a eficiência dos serviços.

Projetos de inclusão

Projetos voltados a eventos e inclusão marcaram sessão da Câmara de Sorocaba. Entre os destaques, proposta aprovada reserva 1% dos ingressos de eventos realizados ou apoiados pelo município para inscritos no CadÚnico. Também avançaram matérias sobre sanitários para pessoas ostomizadas, segurança nas escolas e conscientização cidadã.

Parquímetros de Bauru

A Emdurb avalia reduzir a quantidade de parquímetros em Bauru, mas defende a manutenção de um número mínimo de máquinas por inclusão digital. O tema foi discutido em depoimento à CEI do Estacionamento Rotativo. Segundo a empresa, os equipamentos têm alto custo, mas ainda são necessários para usuários sem acesso a aplicativos e QR Code.



Ação cita falhas no licenciamento e ausência de consulta a quilombolas

Irregularidades motivam pedido de suspensão na Marginal Direita

MPF pede paralisação das obras e questiona licenciamento ambiental

Da **Redação**

Possíveis irregularidades no licenciamento ambiental motivaram o pedido do Ministério Público Federal (MPF) à Justiça Federal para suspensão das obras da Marginal Direita do Rio Sorocaba. A medida foi apresentada por meio de Ação Civil Pública que questiona a legalidade do empreendimento e tem como alvos a Prefeitura de Sorocaba e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

De acordo com o MPF, há indícios de falhas na concessão das licenças ambientais, além da ausência de estudos mais aprofundados sobre os impactos da obra. O órgão sustenta que o projeto foi autorizado com base em Estudo Ambiental Simplificado (EAS), quando, pelas características da intervenção, seria exigido um Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), mais completo.

Outro ponto central da ação é a possível intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) às margens do Rio Sorocaba. Segundo o MPF, a faixa de vegetação prevista no projeto não atenderia ao mínimo estabelecido pela legislação federal, o que pode comprometer a proteção dos

recursos hídricos, da biodiversidade e da estabilidade ambiental da região.

A Procuradoria também aponta a ausência de consulta prévia à Comunidade Quilombola José Joaquim de Camargo, localizada na área de influência da obra. Conforme a legislação e tratados internacionais, comunidades tradicionais devem ser ouvidas antes da execução de empreendimentos com potencial impacto sobre seus territórios e modos de vida.

Diante dos apontamentos, o MPF pede, em caráter de urgência, a paralisação das obras até que as irregularidades sejam analisadas pela Justiça. No mérito da ação, o órgão também solicita a anulação das licenças ambientais já concedidas.

O caso é resultado de um inquérito civil instaurado pelo próprio MPF, aberto em maio deste ano para apurar possíveis falhas no processo de licenciamento, após representação da deputada federal Erika Hilton (PSOL). À época, foram solicitadas informações a diferentes órgãos, incluindo Prefeitura, Governo do Estado, Ibama e ICMBio.

A Prefeitura de Sorocaba informou que não foi notificada sobre a ação e prestará esclarecimentos no prazo legal.